



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia
Social
Brasil

da Silva Junior, Paulo Roberto; Mayorga, Claudia
EXPERIÊNCIAS DE JOVENS POBRES PARTICIPANTES DE PROGRAMAS DE
APRENDIZAGEM PROFISSIONAL
Psicologia & Sociedade, vol. 28, núm. 2, mayo-agosto, 2016, pp. 298-308
Associação Brasileira de Psicologia Social
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309346236011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**EXPERIÊNCIAS DE JOVENS POBRES PARTICIPANTES DE
PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL**
*EXPERIENCIAS DE JÓVENES POBRES PARTICIPANTES DE PROGRAMAS
DE APRENDIZAJE PROFESIONAL*
*EXPERIENCES OF POOR YOUTH PARTICIPANTS OF PROFESSIONAL
LEARNING PROGRAMS*

<http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016aop001>

Paulo Roberto da Silva Junior e Claudia Mayorga
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil

RESUMO

Este artigo visa discutir as experiências, nos âmbitos individual/subjetivo, coletivo/social, profissional, geracional e de classe social, vivenciadas por jovens pobres que participam de programas de aprendizagem profissional. Apontamos como as hierarquias geracional e de classe social tornam estes jovens alvo de diversas ações que visam integrá-los e adaptá-los a um modelo específico de sociedade, tornando-os um campo de intervenção social, sobre o qual vários atores da sociedade atuam no sentido regular e conformar as experiências juvenis. As análises apontam como estas hierarquias constroem lugares de subordinação para os jovens dentro das instituições de formação, nos locais de trabalho e na sociedade. O direito ao trabalho é tomado como trabalho da carência do jovem pobre dentro dos programas de aprendizagem profissional, numa perspectiva de salvação deste jovem, gerando para ele maiores contribuições presentes do que futuras em suas vidas, dentro de um horizonte de instauração de novas trajetórias de vida.

Palavras-chave: juventude; juventude pobre; políticas públicas de trabalho e emprego.

RESUMEN

Este artículo objetiva discutir las experiencias, en el ámbito individual/subjetivo, colectivo/social, profesional, generacional y de clase social, vivenciadas por jóvenes pobres que participan en programas de aprendizaje profesional. Indicamos cómo las jerarquías generacionales y de clase social hacen de estos jóvenes el blanco de diversas acciones que buscan integrarlos y adaptarlos a un modelo específico de sociedad, transformándolos en campo de intervención social, sobre el que varios personajes de la sociedad actúan, de modo a regular y conformar las experiencias juveniles. Los análisis apuntan cómo esas jerarquías construyen lugares de subordinación para los jóvenes dentro de las instituciones de formación, en locales de trabajo y en la sociedad. El derecho al trabajo se toma como trabajo de la necesidad del joven pobre dentro de los programas de aprendizaje profesional, siguiendo la perspectiva de salvar al propio joven, generándole en sus vidas mayores contribuciones presentes que futuras, dentro de un horizonte de instauración de nuevas trayectorias de vida.

Palabras clave: juventud; juventud pobre; políticas públicas de trabajo y empleo.

ABSTRACT

This paper discusses the experiences, the individual/subjective spheres, collective/social, professional, generational and social class experienced by poor young people that participate in programs of professional learning. We point out how the generational and social class hierarchies make poor youth become target of several aimed at integrating them and adapt them to a specific model of society, making them a field of social intervention, on which various social actors operating in regular direction and to conform juvenile experiments. The analyzes show how these hierarchies of subordination build places for young people within the training institutions, the workplace and society. The right to work is taken as the lack of working poor youth within programs of professional learning with a view to the salvation of the poor youth, creating for them the greatest contributions that future gifts in their lives, within a horizon towards new life trajectories.

Keywords: youth; poor youth; public policy; labor and employment.

Introdução

Este artigo visa apresentar os resultados de uma pesquisa que buscou compreender as experiências, nos âmbitos individual/subjetivo, coletivo/social, profissional, geracional e de classe social, vivenciadas por jovens de origem popular ao participarem de programas de aprendizagem profissional na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RM de BH). Tomamos como referencial na pesquisa o debate sobre a importância dada à juventude no contexto social brasileiro atual e a construção da juventude pobre enquanto um campo de intervenção social (Tommasi & Bezerra, 2010), dentro do qual o trabalho tem sido pensado ambigualmente nas perspectivas do direito social e da salvação do jovem pobre. A indagação que orientou o trabalho diz respeito, portanto, aos lugares sociais que os jovens pobres têm construído para si ao participarem das políticas públicas de trabalho e emprego: são possíveis saídas emancipatórias em relação à classe social a que pertencem ou o que se verifica é a perpetuação dos lugares de subordinação e de pobreza que eles vivenciam?

A inserção no campo de estudos da juventude a partir da interpelação de determinadas compreensões sobre os jovens pobres configura-se como uma contribuição importante para a psicologia social, a partir do momento em que são questionados os lugares sociais de subordinação, invisibilidade e exclusão social que são construídos para estes sujeitos na sociedade, e que, também, se pergunta sobre o papel de determinadas intervenções e políticas públicas na manutenção ou rompimento destes lugares. Conforme apontam Dantas, Oliveira e Yamamoto (2010), os estudos em psicologia sobre a pobreza no Brasil enfrentam sérias lacunas: a pobreza é estudada apenas em suas consequências, ou seja, ela não é tomada como um fenômeno da sociedade brasileira. O que tem sido produzido é a descrição da população pobre ou a pobreza sendo entendida como geradora de outros problemas sociais. Nosso trabalho rompe, portanto, com esta tendência, pois a pobreza é tomada por nós como um fenômeno histórico e estruturador da sociedade brasileira.

Analisar como estas possibilidades, de rompimento ou perpetuação dos lugares sociais de subordinação, se constroem a partir das experiências vivenciadas pelos jovens, a partir da fala deles, pode, enfim, contribuir teoricamente para a construção de práticas e intervenções sociais de desnaturalização da desigualdade social e de interpelação da reprodução de identidades subalternizadas, de modo a alargar o campo político da democratização dos direitos e das oportunidades sociais para os mesmos.

Juventude pobre e políticas de trabalho e emprego

A categoria juventude encontra-se em um campo de forças em que distintas concepções sobre ela estão em disputa. No campo acadêmico muito tem se produzido sobre a juventude, o que tem apresentado uma pluralidade de perspectivas distantes de uma possível síntese na abordagem da realidade dos jovens brasileiros. Compreendemos que, historicamente, a juventude torna-se um objeto de atenção enquanto um problema social (Abramo, 1997) que traz dois questionamentos acerca ao futuro: Estão os jovens preparados para dar continuidade à sociedade? Como integrar de modo ideal os jovens ao social? Se a concepção hegemônica de juventude tem sido pautada na ideia de um tempo de formação e preparação dos sujeitos para assumirem seus papéis na vida adulta, não seria inesperado que os adultos se perguntassem sobre quais caminhos estão sendo construídos para o futuro das sociedades neste tempo de moratória. Deste modo, apontamos que o fato da juventude ter se tornado foco de tamanha atenção ao longo das últimas décadas tem uma forte relação com a preocupação quanto aos modos ideais de integração do jovem à sociedade, modos estes que prescrevem uma integração que visam manter o status quo e os privilégios inalterados.

Sobre os dilemas da integração e da continuidade do social, uma parcela dessa juventude tem sido vista como aquela que torna mais complexos tais dilemas: são os jovens de origem popular. Eles são o negativo da juventude promissora, pois não herdaram a cultura social, educacional e política que pode encabeçar a continuidade do social como idealizado pelas elites, sobretudo, a econômica e social. Eles não aparecem, portanto, como uma solução e sim como um problema social que precisa ser administrado, porque ameaçam a manutenção dos lugares de poder e privilégios sociais. Vale ressaltar que, do ponto de vista histórico, estes jovens apareceram e continuam aparecendo como solução ao serem utilizados como força produtiva, desqualificada e precarizada, para o desenvolvimento econômico da sociedade. Neste sentido, problematizar o lugar ocupado por esses jovens torna-se relevante em um contexto de produção de desigualdades como o nosso, em que o reconhecimento como sujeito é dado apenas àqueles que alcançaram determinados patamares definidos socialmente.

Consideramos que se faz necessário, portanto, aprofundar uma discussão pouco teorizada nos estudos sobre juventude: quem é o jovem pobre?

No campo acadêmico um aspecto que nos chama a atenção é a tendência fortemente descritiva

de alguns estudos (Cordeiro & Costa, 2008; Gomes, 1997; Laranjeira & Teixeira, 2008; Leão, 2006) – e, por isso, pouco analítica – no que se refere aos jovens pobres, o que se revela nas caracterizações dos seus contextos sociais, das suas condições de vida e das suas experiências vivenciadas, tendo como pano de fundo critérios, predominantemente, econômicos. Outro aspecto a ser considerado nesses estudos é a diversidade de nomes utilizados para se referir a estes jovens: jovens pobres, jovens das classes populares, jovens de camadas populares, jovens vulneráveis, jovens em situação de risco, etc., sem se oferecer, com isso, um arcabouço teórico e analítico que dê sentido às experiências circunscritas na definição empregada. As noções compartilhadas socialmente acerca dos jovens pobres em estudos do Banco Mundial (2007a, 2007b), como: violência, criminalidade, falta de cultura, incapacidade acadêmica, desinteresse, pobreza subjetiva etc., definem estes jovens ora sob o distintivo da carência (sempre lhes falta algo) ora pela exacerbção de comportamentos perigosos e negativos (uma violência em potencial). Essas carências são de toda ordem: cognitiva, moral, psicológica, intelectual e afetiva; sendo elas compreendidas e explicadas de forma intensamente naturalizada. Veremos mais adiante, na análise dos dados, como estas noções são reproduzidas pelas instituições que desenvolvem programas de aprendizagem profissional, dando origem a formas específicas de atuar e intervir sobre os jovens. Em discordância à adesão a estas noções, trabalharemos com a noção de jovem pobre ou jovem de origem popular a partir do prisma teórico do *habitus* de classe (Bourdieu, 2007).

Em relação ao campo das políticas públicas juvenis, é no sentido de oportunizar o acesso aos direitos sociais que elas vêm sendo desenvolvidas no contexto social brasileiro. Historicamente, a tônica presente nas ações orientadas aos jovens de classe popular foi assistencialista, controladora e normatizadora do comportamento juvenil, seja pelo investimento na profissionalização como uma tentativa de evitar a vadiagem e as práticas violentas, seja pela limpeza urbana daqueles considerados violentos e inaptos socialmente (Kerbaux, 2005). Neste sentido, é a perspectiva da regulação que prevaleceu implicitamente na criação do Código de Menores, passando pela luta contra as gangues de rua na década de 1990, e que é reatualizada hoje no combate à criminalidade nas favelas. As mudanças introduzidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela redemocratização política do país transformaram os jovens em protagonistas juvenis na sua comunidade de origem, empobrecida e carente de serviços e recursos suficientes para torná-los cidadãos.

Em relação ao trabalho, nos interessa refletir em que medida ele, travestido de direito, tem sido pensado como meio de salvação e integração social do jovem pobre à ordem social para a manutenção do status quo. Pesquisas realizadas junto à população jovem no Brasil (Abramo & Branco, 2005; Spósito, Silva, & Souza, 2006) apontam que o tema trabalho/profissionalização encontra-se em segundo lugar nas listas dos direitos mais importantes, das maiores preocupações e dos maiores interesses sinalizados pelos jovens. Estas pesquisas, também, mostram que o mundo do trabalho figura-se como a segunda área de maior atuação voltada para os adolescentes de 14 a 17 anos e como a terceira de maior atuação para a população de 14 a 29 anos. Percebemos, neste sentido, que o tema do trabalho encontra-se na pauta de interesses dos jovens, de suas famílias e dos atores sociais públicos e privados que desenvolvem programas voltados para esse público. Ao fazermos uma retomada histórica da educação profissional no Brasil (Souza, 2003; Kerbaux, 2005) podemos identificar o trabalho sendo utilizado como caminho de moralização e controle da violência dos jovens das classes populares. Até meados da década de 1980 prevaleceu a perspectiva de usar o trabalho como um antídoto à violência e à desordem produzidas por esses jovens. Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 torna-se necessário reinventar o espaço da infância e da adolescência, pautando-se na perspectiva de direitos, a partir da invenção de novas práticas que desfocassem do trabalho como único meio de socializar as crianças e os jovens. O trabalho passa, então, a ser visto como um direito do jovem e do adolescente, e não tanto como caminho para a sua salvação. A partir da década de 1990, as altas taxas de desemprego juvenil, a inserção de modo precário dos jovens no mercado de trabalho, a dicotomia entre uma formação escolar técnica/profissional versus formação propedêutica e a baixa qualidade da educação pública, fazem o tema do trabalho emergir como um fetiche nas políticas públicas juvenis.

No ano de 2003 é dado início ao PNPE – Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, que tinha como objetivos incentivar a criação de postos de trabalho para jovens no mercado e efetuar a preparação/qualificação destes para o mercado de trabalho. Já no ano de 2005 é dado início ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), que tinha como foco a elevação da escolaridade e conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias dos jovens em suas realidades locais. Em 2007 o ProJovem Integrado foi lançado, resultante da incorporação de seis programas existentes. Tal reestruturação visou melhorar a integração entre as ações do governo

federal e ampliar o atendimento aos jovens que estavam fora da escola e sem acesso à informação. Nas atuais circunstâncias, três políticas públicas de trabalho e emprego para a juventude têm sido desenvolvidas: o ProJovem Trabalhador, o estágio profissionalizante e a aprendizagem profissional. É sobre este contexto atual de políticas públicas de trabalho e emprego para a juventude que recaiu o interesse de pesquisar as experiências vivenciadas pelos jovens. Nos questionamos, assim, pelas trajetórias de futuro que estão sendo construídos pelos jovens de origem popular que participam de programas de aprendizagem profissional.

Campo de pesquisa

No intuito de compreender as experiências vivenciadas pelos jovens pesquisados, escolhemos a pesquisa-intervenção como orientação metodológica. A pesquisa-intervenção visa a produção conjunta do conhecimento, pactuada à mudança/transformação na vida dos atores de pesquisa envolvidos, sejam eles os sujeitos pesquisados ou o pesquisador (Mayorga & Nascimento, 2009). Um aspecto que orientou essa escolha foi o interesse em produzir conhecimento com os jovens e não sobre eles, levando-se em conta as relações assimétricas entre estes e o pesquisador em todo o processo, ao invés de simplesmente negá-las.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas, sendo a primeira delas uma etapa exploratória de conhecimento das instituições que desenvolviam na RMBH programas de aprendizagem profissional, por meio de sites, guias informativos e trabalhadores da área.

No intuito de reunir informações sobre estas instituições, participamos de 10 reuniões mensais, entre 2009 e 2010, do Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador - FECTIPA, coordenado pela Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego (SRTE/MG) em Belo Horizonte. Este Fórum era formado por representantes de diversas entidades (públicas, privadas e ONG's) que em suas atividades realizavam discussões, articulações e ações práticas de enfrentamento ao trabalho infantil e de proteção ao adolescente trabalhador. Dentre as instituições participantes do Fórum, estavam as instituições de aprendizagem profissional. Nesta etapa exploratória foram identificadas 17 instituições que desenvolviam a aprendizagem profissional na RMBH.

A aprendizagem profissional é regulada pela Lei nº 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto

nº 5.598/2005, e estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratar adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos para um contrato especial de trabalho de no máximo dois anos. Estes jovens devem estar matriculados e frequentes à escola, caso não tenham concluído o ensino médio, e são contratados por empresas como aprendizes de ofício previsto na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego, ao mesmo tempo em que são matriculados em cursos de aprendizagem de instituições responsáveis pela certificação de qualificação profissional dos jovens (pertencentes ao Sistema S – SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, SESCOOP, ou entidades sem fins lucrativos). A formação técnico-profissional deve ser constituída por atividades teóricas e práticas, organizadas em tarefas de complexidade progressiva, em programa correlato às atividades desenvolvidas nas empresas contratantes, proporcionando ao aprendiz uma formação profissional básica. No ambiente de trabalho a empresa deve designar formalmente um monitor, que ficará responsável pela coordenação de exercícios práticos e acompanhamento das atividades do aprendiz no estabelecimento, buscando garantir sempre uma formação que possa de fato contribuir para o seu desenvolvimento integral e em consonância com os conteúdos estabelecidos no curso em que foi matriculado.

Na segunda etapa da pesquisa realizou-se a caracterização das 17 instituições. Para isso, buscou-se obter dados gerais sobre as instituições e os programas de aprendizagem profissional desenvolvidos por elas, no intuito, também, de orientar a construção dos roteiros dos grupos de discussão. Estas informações foram coletadas pelos seguintes meios: consultas às páginas eletrônicas das instituições disponíveis na internet e apresentações realizadas, por algumas das instituições, no FECTIPA. Na participação das reuniões do Fórum utilizou-se a observação participante como procedimento metodológico e o diário de campo para o registro das informações e observações. Para cada instituição foi criada uma ficha de identificação, as quais se encontram disponíveis na seção Anexo da pesquisa realizada (Silva, 2011).

Na terceira etapa realizou-se o contato com as 17 instituições selecionadas para apresentar os objetivos da pesquisa, e propor a realização de um grupo de discussão com os representantes das mesmas e outro com os jovens que participavam dos programas de aprendizagem. Das 17 instituições visitadas e convidadas para a pesquisa, 10 aceitaram participar e enviaram seus representantes para o grupo de discussão. Os participantes ocupavam cargos de coordenação,

supervisão ou gerência na instituição. A discussão com o grupo foi realizada em dois encontros e foram discutidos os seguintes temas: objetivos do programa de aprendizagem profissional, objetivos da instituição, noções compartilhadas sobre os jovens aprendizes e dificuldades enfrentadas na realização do programa.

Na quarta etapa da pesquisa foram realizados os grupos de discussão com os jovens. Das 10 instituições que aceitaram participar da pesquisa e do grupo de discussão com os representantes, 08 delas aceitaram a participação dos aprendizes na pesquisa. Foram convidados 420 jovens, em 18 turmas diferentes, distribuídos entre as 08 instituições. O grupo de discussão com os jovens contou com a participação de 11 jovens de 07 instituições diferentes, sendo o grupo formado por 07 mulheres e 04 homens, com idades entre 16 e 21 anos, dos seguintes cursos de aprendizagem: serviços bancários e administrativos, auxiliar administrativo, auxiliar bancário, processos administrativos e serviços bancários. O grupo de discussão foi realizado em 04 encontros, com os seguintes temas: identidade juvenil, trabalho, aprendizagem profissional e trajetória de vida.

O grupo de discussão enquanto procedimento metodológico, apoiado nas contribuições de Weller (2006) e Afonso (2006), baseou-se na proposta de construção coletiva de um conhecimento que dissesse respeito a concepções de mundo, experiências, fenômenos sociais e modos como os sujeitos refletem sobre sua inserção na realidade social. Escolhemos este procedimento metodológico por permitir compartilhar ao mesmo tempo experiências tanto coletivas – que diz de visões de mundo associadas a um determinado grupo social; quanto individuais – que diz das possibilidades do sujeito refletir e se posicionar.

Os grupos de discussão com os representantes e com os jovens foram gravados e filmados, e, posteriormente, submetidos à transcrição literal dos seus conteúdos. Todos os participantes entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinados por si próprios e, no caso dos jovens menores de 18 anos, por seus representantes legais. Os nomes dos participantes e das instituições foram substituídos por nomes fictícios.

Nesse sentido, os dados coletados no decorrer da pesquisa, e que foram submetidos à análise, referem-se: (a) à caracterização das instituições – realizada por meio do levantamento de informações disponíveis em sites e materiais impressos, e através dos registros em diário de campo das participações nas reuniões do Fórum; (b) registros do grupo de discussão com os representantes das instituições; e (c) registros do grupo de discussão com os jovens.

Discussão

Os três conjuntos de dados coletados foram preparados e lidos para o estabelecimento de unidades de análise, a partir das contribuições de Bardin (1979). A leitura dos materiais foram realizadas com o foco de estabelecer as categorias de análise, que representam unidades que dão sentido ao diálogo entre a produção de lugares sociais, o compartilhamento de noções socialmente construídas e os posicionamentos subjetivos dos atores envolvidos na pesquisa. A partir do exercício de articulação teórica, estabeleceu-se três categorias de análise: *Hierarquias na construção dos lugares sociais dos jovens pobres, O trabalho para a juventude pobre como um campo de intervenção social e Das contribuições do programa de aprendizagem profissional para a juventude pobre*. As reflexões a seguir abordam aspectos de cada uma das três categorias de análise.

Durante os encontros do grupo de discussão, os jovens apresentaram como algumas hierarquias aparecem no cotidiano de suas vidas. Uma bastante evidente se revela através da nomeação de um lugar inferior no cotidiano de trabalho e das relações vivenciadas dentro da instituição formadora: ser um menor aprendiz. Como sinaliza uma das jovens, trata-se de um nome que pesa, sendo vivenciado como lugar de desvalorização e de exploração:

Davi: *A gente é Severino, quebra galho demais. Aline: Aprendiz é mais para você ficar do lado da pessoa aprendendo, ajudando, só que tem muito aprendiz na Firma, principalmente eu, que faz coisas que, de gente que está na empresa mesmo, que o funcionário da empresa faz, entendeu. Maria: Há uma exploração. Júlia: Eu acho assim: estão aprendendo, então vão aprender, mas de verdade. Mas é aquele aprender, tipo assim, jogam tudo em cima da gente.* (Grupo de discussão com os jovens/GDJ)

No campo de disputas entre as distintas concepções sobre o que representa ser jovem, Dayrell (2003) e Krauskopf (2003) discutem algumas concepções de juventude, como etapa transitória, tempo de moratória, redução do jovem ao campo da cultura, período preparatório, etapa problemática, jovem como ator estratégico do desenvolvimento e juventude como sujeito de direitos. Mesmo diante de inúmeras chaves de leitura para a experiência juvenil, analisamos que encontra-se ausente um aspecto que os dados coletados junto aos jovens aponta: a compreensão da juventude a partir de uma perspectiva geracional.

O termo menor aprendiz, ou aprendiz, é reatualizado no ambiente de trabalho, servindo

em algumas situações para justificar relações de desconfiança e exploração no contato com os adultos. Ser aprendiz aparece como sinal de incompetência para realizar determinados serviços, o que justifica o fato deles serem enviados para o serviço de arquivo, considerada uma atividade que não demanda complexidade em sua realização. Acreditamos, nesse sentido, que estes jovens encontram-se localizados em um lugar hierárquico de subordinação, produzido por uma dinâmica geracional.

Entendemos que a juventude, enquanto categoria socialmente construída, expressa a existência de relações de manipulação e de poder entre as diferentes gerações (Bourdieu, 1983; Mannheim, 1982). Os jovens – enquanto geração diversa – estão limitados a viver experiências e ter acesso a determinados bens materiais e simbólicos manipulados por outras gerações, como a dos adultos. A visão adultocêntrica (Mayorga, 2006) impregna o mundo contemporâneo e torna-se a referência principal ao colocar os jovens em uma posição de subordinação e deslegitimação nas relações de poder construídas entre as gerações, limitando-os aos lugares da irresponsabilidade e imaturidade. Esse sujeito considerado incompleto é produto de uma desqualificação e dominação das suas experiências, forjado a partir de um modelo desenvolvimentista que prevê a produção de um sujeito racional e maduro, capaz de internalizar valores e práticas do mundo adulto ao final de várias etapas de preparação.

A imagem do jovem construída em comparação com imagem do adulto, por parte dos representantes das instituições, também, contribui para reforçar os lugares de imaturidade, despreparação e imediatismo dos jovens:

Sandra: *Eu acho que ao jovem falta certa maturidade em termo de busca do mercado de trabalho. Ele quer mais direitos do que deveres. Por não ter certa vivência de trabalho ele acha que o projeto é muito longo, às vezes ele sai do projeto para ganhar R\$50, R\$40 a mais. Então, ele não tem na verdade uma maturidade de construção de carreira nenhuma. Eu conversei isso muito com eles.* Carlos: *Esse jovem que chega hoje é apressado, ele não tem paciência, a gente tenta mostrar para ele que vale a pena investir um ano e meio, dois anos numa aprendizagem, a gente mostra, demonstra isso para ele, mas ele não.* (Grupo de discussão com os representantes das instituições/GDRI)

Nas falas apresentadas acima, os jovens são considerados como seres da ausência: falta maturidade, falta paciência, falta preparo profissional. Compreensões como estas têm justificado no nosso

contexto social as ações de orientar, conduzir e preparar estes jovens para uma integração no mundo do trabalho e na sociedade dos adultos. Neste sentido, a desqualificação do jovem coloca como um único caminho a ser seguido aquele ditado pelo adulto, cabendo ao jovem obedecer. Seguindo uma perspectiva funcionalista, o jovem é visto como um problema a ser administrado pelo mundo adulto, que deve conduzi-lo ao cumprimento do papel social que lhe cabe na sociedade, ou seja, ocupar o lugar do sujeito adulto responsável, acabado e moralmente formado. Com isso, não estamos assumindo aqui uma equivalência entre produção de hierarquias sociais e produção de subordinação. A manutenção de lugares hierárquicos não pressupõe subordinação entre sujeitos ou grupos sociais, contudo ela pode configurar-se como mecanismo que permite o assujeitamento de uma das partes que detém menos poder à outra que detém maior poder na relação. Deste modo, a subordinação – vista como funcional e inevitável em uma relação social (Prado & Machado, 2008) – pode ser produto de uma hierarquia de lugares sociais, e não o seu fim.

Uma segunda dinâmica hierárquica, com produção de lugares de inferiorização, à qual os jovens estudados encontram-se submetidos refere-se à dimensão da classe social.

Na seleção dos jovens aprendizes as instituições estudadas utilizam o critério socioeconômico da renda familiar per capita de até ½ salário mínimo, conforme determinam os parâmetros que normatizam a aprendizagem profissional. Nesse sentido, os jovens aprendizes pertencem a famílias pobres ou de origem popular, o que funciona como um marcador importante na leitura de suas experiências por parte das instituições formadoras. A caracterização das instituições, realizada através da análise das fichas de identificação, permite visualizar como os jovens são nomeados enquanto público alvo das ações:

Jovens em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Menores carentes. Adolescentes em situação de risco bio-psico-social. Adolescentes oriundos de famílias vulnerabilizadas. Jovens sem perspectivas de vida. Jovens pertencentes a famílias de baixa renda. Jovens em situação de exclusão social. Jovens deficitários financeiramente e emocionalmente. Jovens com comportamentos arriscados. (Informações retiradas da caracterização das instituições)

Mais do que a definição de um público atendido, alguns dos termos empregados podem ser entendidos como noções socialmente construídas em relação a esses jovens. Estas noções, entendidas como uma construção simbólica de significados e sentidos formados em relação a um determinado objeto, vão

nortear os trabalhos desenvolvidos pelas instituições, o que acaba por definir determinados lugares sociais para os jovens. Nesse sentido, as visões de risco, vulnerabilidade social e carência aparecem em destaque nos discursos das instituições. Fica em evidência a concepção de jovens dotados de uma espécie de natureza vulnerável e facilmente influenciáveis pelo meio social ao qual pertencem, e que apresentam comportamentos de risco e uma deficiência emocional, além da financeira. Como discute Iniguez (2001), a ideia de natureza faz referência a núcleo duro, fixo e universal constituinte do sujeito, o que localiza no interior da pessoa as origens da sua experiência como sujeito, orientando seus comportamentos e experiência individuais. É a noção de carência/ausência que aparece em destaque na fala de uma representante, nesta referência à ideia de natureza:

Sandra: O público que eu recebo hoje, por eu ficar também muito em sala, até para ter uma ideia do projeto como um todo e ver as modificações que eu tenho que fazer, acho que é um público extremamente deficitário, não só com relação a conhecimento, principalmente o português, a linguagem, a organização lógica, a organização pessoal, como também com relação ao próprio mercado de trabalho, a valores, a uma postura profissional que eles não têm, e até com relação a direitos e deveres seguindo a CLT. E, além, também, da parte emocional do jovem. (GDRI)

A precariedade econômica dos jovens passa a ser compreendida linearmente como carências naturalizadas, inventando-se um outro inferior ao se naturalizar sua subalternidade (Mayorga & Prado, 2010), surgindo no discurso das instituições sem nenhum questionamento crítico associado aos aspectos sociais e históricos do nosso contexto social (re) produtor de desigualdades sociais. Assim, os jovens passam a ser vistos como limitados:

Carlos: Agora, de qualquer forma, as expectativas deles são muito limitadas. Acho que a questão das possibilidades é da própria condição de formação da família e do meio. Porque ele, quando se pergunta para os meninos o que eles querem ser: “é pedreiro, é servente”. Normalmente ele está limitado àquele mundo dele. (GDRI)

Em diálogo com as teorizações sobre a juventude pobre, conforme já apontado neste texto, não encontramos perspectivas analíticas que extrapolem uma descrição socioeconômica para explicar e dar sentido às experiências vivenciadas pelos jovens a partir do seu pertencimento social. Pontuamos que as concepções relacionadas à juventude pobre pautam-se meramente em critérios econômicos, como no caso

da renda per capita; ou em critérios socioespaciais, como no caso de pertencer a uma comunidade de baixa renda ou estar excluído das políticas públicas. Vale ressaltar que este tipo de leitura não ultrapassa a compreensão que as próprias instituições apresentam, estando ausente em ambos os casos uma leitura crítica pautada em uma análise que leve em conta a dimensão “construída” das condições vivenciadas pelos jovens.

É a partir desta ausência, e do contato com os dados da pesquisa, que trazemos a teoria do habitus (Bourdieu, 2007) como chave de leitura para as experiências de classe dos jovens estudados. Fazemos uso, nesse sentido, dos termos jovens de origem popular, jovens pobres ou juventude pobre para nos referirmos a uma situação vivenciada – com suas diferenças – por uma parcela da juventude que, por pertencer uma condição econômica, social, cultural, geográfica e de representação simbólica – ressaltamos que a precariedade econômica é apenas um dos seus vários aspectos; enfrenta, cotidianamente, situações de exclusão no acesso às oportunidades e direitos colocados como iguais para todos na sociedade. As noções de pobre ou popular (e todas as suas qualidades atribuídas) não representam, deste modo, uma natureza desse jovem, mas sim uma condição social na qual ele está imerso – a despeito da sua vontade – ao compartilhar com outros grupos de indivíduos de um mesmo habitus. Tomar a ideia de habitus de classe é importante, pois, em contraste com outros grupos de indivíduos, os jovens pobres compartilham entre eles valores, visões de mundo e oportunidades atravessadas por um sistema de disposições socialmente determinado e que os tornam menos dignos de apreço social, em comparação a outros grupos de jovens da sociedade que compartilham distintas disposições psicossociais consideradas mais úteis e produtivas socialmente.

Ao falarem de suas experiências de privação e desigualdade em relação a outros grupos sociais, os jovens colocam em xeque a leitura reducionista feita sobre eles:

Júlia: O maior é o ensino de qualidade. De qualidade mesmo, porque igual a gente que estuda em escola pública, mal, mal é o básico do básico mesmo. Eu tenho uma amiga que ela é bem financeiramente e ela estudava em escola particular. Eu ficava de cara, ela estudava no primeiro ano e eu estudava no terceiro. Coisas que eu estava começando a ver no terceiro ela já estava vendo há muito tempo... Maria: Nós somos privadas de muita coisa. De lazer também. É pouca gente que tem acesso a cultura, eu não digo nem de condições, às vezes é não ficar sabendo de um teatro, de um filme bacana, até a cultura mesmo nós somos privados. (GDJ)

Estas jovens descrevem a realidade vivenciada por vários jovens pobres que compartilham de uma subcidadania imposta (Souza, 2006), onde a escola de boa qualidade, a cultura e o lazer não foram ampliados para todo o tecido social brasileiro. Estes são os laços de solidariedade que os unem em torno de uma mesma condição social, que podemos compreender como uma especificidade dos jovens pobres no nosso contexto brasileiro.

Entendendo os jovens pobres dentro desse complexo sistema social que produz lugares de inferiorização, articulados em torno da dinâmica geracional a qual estão submetidos e do habitus de classe precarizado a que pertencem, e que os localiza dentro da ralé (Souza, 2006) estrutural da sociedade brasileira, nos questionamos a respeito dos objetivos das intervenções sociais realizadas pelas instituições. As noções acerca dos jovens de origem popular calcadas na carência e na ausência têm orientado que tipo de práticas sobre esses jovens?

Como discutido anteriormente, as limitações vivenciadas pelos jovens são vistas de modo naturalizado, onde os problemas sociais são tornados problemas individuais. Neste sentido, se o problema do jovem pobre é entendido como o de uma natureza carente, a solução possível para administrá-lo é oferecer oportunidades de salvação de suas deficiências. A salvação do jovem pobre parece, portanto, ser reforçada pelas instituições de aprendizagem profissional, ligada à criminalidade a sua carência natural. Vemos aqui uma reatualização desta salvação, conforme explicitado anteriormente no texto. Ao oferecerem o direito à profissionalização, as instituições oferecem também o trabalho da carência do jovem pobre, a fim de integrá-lo e adaptá-lo aos valores hegemônicos da nossa sociedade:

Promover o menor carente. Salvar os meninos da situação de criminalidade, recuperando-os para a sociedade. Transformar o jovem em um cidadão bem sucedido. Contribuir e atuar para a formação de valores éticos e morais. (Informações retiradas da caracterização das instituições)

Já no grupo de discussão com os representantes das instituições aparecem como objetivos pretendidos pelos programas de aprendizagem profissional a preparação dos jovens para o aprendizado de atividades profissionais específicas, a aquisição de uma primeira experiência profissional, a preocupação de mantê-los inseridos no mercado de trabalho por meio de uma experiência sólida, e a inserção nas lógicas do mundo do trabalho. No entanto, estes objetivos são questionados pelos jovens quando eles relatam uma

incongruência entre o que é prometido pelo programa de aprendizagem profissional e o que eles vivenciam:

Júlia: *Ah, mas igual lá na Corretora, fala que é cursos administrativos, mas até hoje eu não vi nada administrativo.* Pesquisador: *O que você está vendo lá?* Júlia: *Desenho, estou aprendendo a desenhar com giz de cera, lápis de cor, fazer recorte.* (GDJ)

Contudo, é no campo do controle dos comportamentos, dos corpos e dos desejos que muitas ações são realizadas, com a utilização de mecanismos e dispositivos de controle sobre os jovens: advertência, desligamento, conversa com os pais. É preciso trabalhar a carência dos jovens, a ausência de normas e comportamentos adequados para se portar no mundo do trabalho e, também, na vida cotidiana. Não se trata, portanto, apenas de trabalhar a carência de comportamentos profissionais, mas, também, os comportamentos pessoais:

Carla: *Tem o cabelo, tem a cor do cabelo que você pode usar, tem tudo gente.* ALINE: *Credo.* Ricardo: *Eu não gosto de usar cabelo normal, só quando eu estou trabalhando, em todo lugar eu vou de boné.* Ela chegou: *não pode usar boné, não pode usar brinco, não pode usar corrente, e eu disse: calma mulher, eu nem entrei ainda, eu vou entrar e vou direto para o banheiro tirar tudo, pode ficar sossegada.* (GDJ)

É este foco na formação humana – que inclui a formação moral – que estamos chamando de trabalho da carência do jovem pobre. Ele se realiza não como um objetivo da instituição, mas como produto de suas práticas. Para os jovens, a formação humana aparece como um desvio do que deveria ser o verdadeiro objetivo do programa: formá-los para exercer uma determinada profissão.

É diante deste quadro que compreendemos a juventude pobre como um campo de intervenção social (Tommasi & Bezerra, 2010), em que diversos atores tem se apresentado para intervir sobre os jovens pobres, através de diferentes práticas, ações e políticas voltadas para este público. A ideia de campo é tomada como um território delimitado, habitado por pessoas, instituições, dispositivos; um campo de relações, de práticas e interesses em disputa (Bourdieu & Wacquant, 1992). Neste campo, a juventude pobre pode ser governada, regulada, conduzida e agenciada em suas condutas. Já intervenção social, é compreendida como toda ação – seja ela uma política pública, programa, projeto ou práticas sociais – produzida pelo estado, instituições ou pessoas, na perspectiva de orientar os jovens a um modo específico de vida ou de comportamentos. Em um contexto social de preocupação com a questão do desemprego juvenil e

do direito do jovem à profissionalização, os discursos adultocêntrico (que se pauta na hierarquia geracional) e de salvação do jovem pobre de sua violência e carência (pautado na hierarquia de classe social) fazem dos jovens pobres um problema social a ser administrado pelo Estado e por organizações não-governamentais, tornadas suas parceiras nessa empreitada, a fim de permitir a sua integração e adaptação a um determinado modelo de sociedade. No contexto dessas instituições de aprendizagem profissional, geração e classe social se articulam, neste sentido, para transformar o jovem pobre nesse campo de intervenção social,

Perguntamo-nos se este processo pode estar se revelando como uma gestão dos jovens pobres por meio de uma pedagogia da pobreza (Leão, 2004). A pedagogia da pobreza, que tem como um dos focos a pregação moral pela via do trabalho, é usada para gerir a juventude pobre via a moralização das suas experiências. No entanto, compreendemos que é necessário ressaltar que não estamos realizando uma defesa de um tecnicismo, ou seja, uma formação profissional que seja inteiramente técnica e que prescindia dos conteúdos de formação humana. Defender isso seria ir contra as conquistas históricas do campo da educação profissional que garantem que a formação profissional não seja realizada desarticulada dos conteúdos que preparam o sujeito para o saber ser e não apenas o saber fazer. Estamos apenas ressaltando que, para os jovens, a formação humana aparece como um desvio do que deveria ser o verdadeiro objetivo do programa: formá-los para exercer uma determinada profissão.

Para finalizar estas análises, apontamos que os jovens percebem de modo ambíguo as contribuições dos programas de aprendizagem em suas vidas, numa perspectiva presente/futuro profissional. Ao mesmo tempo em que relatam as contribuições relacionadas a três aspectos: independência financeira, aquisição de experiência profissional e oportunidade oferecida pela instituição; eles também relatam a frustração com uma formação que não prepara para exercer uma profissão ou para a construção de uma carreira profissional:

Fabiana: Igual a Maria lá no Escritório, ela aprende uma coisa, ela faz o curso de uma coisa que ela vai usar na empresa e ela pode usar na vida dela para alguma coisa. O nosso curso na Corretora, assim, não tem nem como você colocar no currículo que você fez aquilo porque não vai fazer diferença nenhuma. Não tem utilidade. Júlia: Nisso tem o conteúdo do curso também, que até então não está fazendo muita diferença. Você colore ... (GDJ)

No presente, os jovens ressaltam os sentidos do retorno financeiro, da aquisição de uma primeira

experiência profissional e de terem conseguido alcançar uma oportunidade. Contudo, em relação ao futuro, as experiências de frustração e de decepção vivenciadas no presente apontam para o fato de que, menos recursos estão sendo oferecidos do que aqueles esperados por eles e imaginados pelas instituições, para que estes possam dar início às suas trajetórias profissionais. Para tornar esta avaliação dos jovens mais aguda, precisamos também levar em consideração as profissões para as quais eles estão sendo formados, pois tratam-se de ocupações que exigem baixa qualificação profissional e que têm baixo retorno financeiro, além de contar com pouco prestígio e reconhecimento na nossa sociedade. É desta forma, portanto, que os jovens pesquisados refletem sobre as possibilidades de viverem a independência, o aprendizado pessoal e profissional, e a construção de carreiras profissionais, questionando-se a manutenção ou o rompimento com os lugares sociais destinados a eles nas relações sociais e em relação ao habitus de classe a que pertencem.

Conclusão

Este artigo pretendeu apresentar os resultados de uma pesquisa que objetivou compreender as experiências vivenciadas por jovens de origem popular ao participarem de programas de aprendizagem profissional na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Neste intento, refletimos sobre nosso problema de pesquisa a partir de uma discussão teórica que envolveu os temas da juventude, juventude pobre e políticas públicas juvenis de trabalho e emprego. Foi dentro do contexto complexo, que envolve instituições de aprendizagem profissional, Estado e mercado de trabalho, que os jovens puderam falar sobre suas experiências vivenciadas.

As instituições de aprendizagem profissional propõem como objetivo dos seus programas a qualificação profissional do jovem e sua inserção no mercado de trabalho. Elas lidam, portanto, com o trabalho como um direito social do jovem e como uma medida para o combate ao desemprego juvenil. No entanto, a partir da noção naturalizada de jovem carente compartilhada pelas instituições, os programas de aprendizagem configuram-se numa lógica de oportunidade de salvação da carência dos jovens pobres, em que a qualificação profissional torna-se sinônimo de formação humana dos jovens, a despeito de uma formação profissional-técnica. Refletimos, nesse sentido, que é neste contexto que o jovem de origem popular se configura como um campo de intervenção social, sobre o qual as instituições intervêm com objetivos de regular e

conduzir as experiências dos jovens para modos específicos e idealizados socialmente.

Os jovens posicionam-se identificando – na relação com as instituições, no ambiente do trabalho e no contato com outros atores da sociedade – os lugares de subordinação ligados à hierarquia geracional e de classe social. Em relação aos programas de aprendizagem profissional, os jovens apontam que esperam “algo mais”, que pode ser compreendido como mais formação técnica-profissional, diante do privilégio da formação humana assumida dentro dos programas. O trabalho é significado por eles, principalmente, como capaz de garantir independência e aprendizado. Isso garante que eles percebam determinadas contribuições dos programas de aprendizagem no tempo presente, o que não pode ser dito em relação ao futuro profissional. Este é vivido com insegurança diante das cobranças pessoais e familiares, e parece ser pouco motivado pelas experiências vividas dentro do programa ao não aprenderem de fato uma profissão, não poder construir uma carreira dentro da empresa em que se encontram inseridos, não atuarem no ramo profissional que os interessa pessoalmente e por estarem inseridos em profissões com pouco reconhecimento e prestígio social.

Consideramos que algumas discussões podem ser aprofundadas em outras pesquisas, como a questão da avaliação dos resultados produzidos, qualitativamente e quantitativamente, pela Lei da Aprendizagem sobre as experiências juvenis e sobre o mercado de trabalho para os jovens. Acreditamos que esta pesquisa oferece elementos para se pensar o desenvolvimento desta política pública, mas não consideramos que ela seja um estudo sobre a referida lei. Outra questão que nos parece importante aprofundar é a construção da hierarquia moral do trabalho nas modernidades periféricas, como no caso brasileiro, pois de nada parece adiantar produzir trabalhadores mais qualificados profissionalmente, se estamos diante de uma hierarquia valorativa moral das profissões que considera algumas mais dignas que outras.

Finalizamos, neste sentido, defendendo a ideia de que o trabalho deve ser visto como um antídoto à produção de lugares subalternizados dentro da nossa sociedade, e não como uma oportunidade de trabalhar a carência do jovem pobre, a fim de inseri-lo no mundo do trabalho e ser integrado à sociedade, mantendo intocados os valores hegemônicos e os privilégios sociais. É contra determinadas formas que os objetivos dos programas de inserção profissional podem tomar no campo das práticas juntos aos jovens pobres que apresentamos nossas críticas, e não contra os programas em si.

Referências

- Abramo, H. W. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 5-6, 25-36.
- Abramo, H. W. & Branco, P. P. M. (Orgs.). (2005). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Afonso, M. L. M. (2006). Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. In M. L. M. Afonso (Org.), *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial* (pp. 09-61). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Banco Mundial. (2007a). *Jovens em situação de risco no Brasil. Volume I – Achados relevantes para as políticas públicas*. Brasília, DF: Autor.
- Banco Mundial. (2007b). *Jovens em situação de risco no Brasil. Volume II: Relatório Técnico*. Brasília, DF: Autor.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P. (1983). A juventude é apenas uma palavra. In *Questões de sociologia* (pp. 112-121). Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Bourdieu, P. & Wacquant, L. J. D. (1992). *Reponses: pour une anthropologie reflexive*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento* (D. Kern & G. J. F. Teixeira, Trans.). São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk. (Original publicado em 1979)
- Cordeiro, D. & Costa, E. A. P. (2008). “Meninas”: vidas em devir nos circuitos de vulnerabilidade social. *Fractal, Rev. Psicol.*, 20(1), 77-88.
- Dantas, C. M. B., Oliveira, I. F., & Yamamoto, O. H. (2010). Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 104-111.
- Dayrell, J. (2003). O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 40-52.
- Gomes, J. V. (1997). Jovens urbanos pobres: anotações sobre escolaridade e emprego. *Revista Brasileira de Educação*, 5-6, 53-62.
- Iñiguez, L. (2001). Identidad: de lo personal a lo social. Un recorrido conceptual. In E. Crespo & C. Soldevilla (Orgs.), *La constitución social de la subjetividad* (pp. 209-226). Madrid: Catarata.
- Kerbaux, M. T. M. (2005). Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? *Revista Estudos de Sociologia*, 18-19, 193-206.
- Krauskopf, D. (2003). La construcción de políticas de juventud en Centroamérica. In O. Dávila (Org.), *Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales* (pp. 8-25). Viña del Mar: CIDPA.
- Laranjeira, D. H. P. & Teixeira, A. M. F. (2008). Vida de jovens: educação não-formal e inserção socioprofissional no subúrbio. *Revista Brasileira de Educação*, 13(37), 22-34.
- Leão, G. M. P. (2004). A gestão da pobreza juvenil: uma análise de um programa federal de inclusão social de jovens pobres [Trabalho completo]. In 27ª *Reunião Anual da ANPED* (pp. 1-18). Acesso em 15 de maio, 2008, em <http://27reuniao.anped.org.br/gt03/t036.pdf>
- Leão, M. G. P. (2006). Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. *Educação e Pesquisa*, 32(1), 31-48.

- Mannheim, K. (1982). O problema sociológico das gerações. In M. M. Foracchi (Org.), *Karl Mannheim: sociologia* (pp. 67-95). São Paulo: Ática.
- Mayorga, C. A. (2006). Identidades e adolescências: uma desconstrução. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 1(1), 1-20.
- Mayorga, C. & Nascimento, R. (2009). Dinâmicas da transformação social: reflexões sobre a pesquisa-ação em contextos comunitários. In C. Mayorga, E. P. Rasera, & M. S. Pereira (Orgs.), *Psicologia Social: sobre desigualdades e enfrentamentos* (pp. 163-179). Curitiba: Juruá.
- Mayorga, C. & Prado, M. A. M. (2010). Democracia, instituição e articulação de categorias sociais. In C. Mayorga (Org.), *Universidade cindida; universidade em conexão ensaios sobre democratização da universidade* (pp. 46-70). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Prado, M. A. M & Machado, F. V. (2008). *Preconceito contra homossexualidades: hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez.
- Silva, P. R. (2011). *Juventude pobre e trabalho: as experiências dos jovens que participam de programas de aprendizagem profissional na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Souza, G. R. G. (2003). *Estudo sobre a inserção profissional de jovens aprendizes do SENAI/Santa Luzia/MG*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Souza, J. (2006). A gramática social da desigualdade brasileira. In *A invisibilidade da desigualdade brasileira* (pp. 23-53). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Spósito, M. P., Silva, H. H. C. & Souza, N. S. (2006). Juventude e poder local: um balanço de iniciativas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educação*, 11(32), 238-257.
- Tommasi, L. & Bezerra, M. (2010). Arte do contornamento: trajetórias de jovens da periferia de Natal/RN [Trabalho completo]. In Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, *Anais do 34º Encontro Anual da ANPOCS* (pp. 1- 28). Caxambu, MG: ANPOCS.
- Weller, W. (2006). Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. *Educação e Pesquisa, USP*, 32(2), 241-260.
- Submissão em: 25/11/2013
Revisão em: 30/08/2014
Aceite em: 25/10/2014
- Paulo Roberto da Silva Junior é doutorando no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Endereço: Universidade Federal de Minas Gerais. Av. Antônio Carlos, 6627. Pampulha. Belo Horizonte/MG. CEP 31270-901
Email: paulosilva.junior@yahoo.com.br
- Claudia Mayorga é professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais.
Email: claudiamayorga@ufmg.br